



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO, ATUÁRIA E
CONTABILIDADE
DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

IURI PINHEIRO BARBOSA

OPINIÕES DOS ALUNOS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ ACERCA
DA DIDÁTICA APLICADA NAS DISCIPLINAS RELACIONADAS A
CONTABILIDADE VOLTADA AO SETOR PÚBLICO

Orientadora: Profa. M.Sc. Nirleide Saraiva Coelho

FORTALEZA

Dezembro/2013

IURI PINHEIRO BARBOSA

**OPINIÕES DOS ALUNOS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ ACERCA
DA DIDÁTICA APLICADA NAS DISCIPLINAS RELACIONADAS A
CONTABILIDADE VOLTADA AO SETOR PÚBLICO**

Este artigo científico foi submetido à Coordenação do Curso de Ciências Contábeis, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis, outorgado pela Universidade Federal do Ceará – UFC e encontra-se à disposição dos interessados na Biblioteca da referida Universidade.

A citação de qualquer trecho deste artigo científico é permitida, desde que feita de acordo com as normas de ética científica.

DATA DA APROVAÇÃO: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Prof^ª. M.Sc. Nirleide Saraiva Coelho (Orientador)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof^ª. M.Sc. Joyce Arrais de Araujo Andrade
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dr. Vicente Lima Crisóstomo
Universidade Federal do Ceará (UFC)

OPINIÕES DOS ALUNOS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ ACERCA DA DIDÁTICA APLICADA NAS DISCIPLINAS VOLTADAS A CONTABILIDADE GOVERNAMENTAL.

Resumo

O ensino da Contabilidade Pública no Brasil está presente nas grades curriculares desde as primeiras escolas de Contabilidade. Entretanto, a Contabilidade Pública é comumente vista por contadores e alunos do curso como algo complexo e burocrático. Diante disto, definiu-se como objetivo da pesquisa a análise dos recursos didáticos nas disciplinas de Contabilidade voltadas ao Setor Público. A metodologia é classificada como qualitativa, descritiva e bibliográfica. É um estudo de caso, por se tratar do estudo aprofundado de apenas duas disciplinas de contabilidade lecionadas na Universidade Federal do Ceará. A coleta de dados foi feita através da utilização de um questionário, contendo oito questões, aplicado às turmas de Contabilidade Governamental e Planejamento e Orçamento Público. Com base nos resultados, concluiu-se que a quantidade de disciplinas voltadas ao Setor Público é insatisfatória. Concluiu-se também que o recurso mais utilizado pelos professores das disciplinas previamente citadas é o Datashow e que, embora os alunos aprovem este método, sentem falta de aulas práticas no ensino destas.

Palavras-chave: Contabilidade Governamental; Planejamento e Orçamento Público; Metodologia de ensino.

Área Temática: Tema Livre

1 Introdução

Regida pela Lei nº 4320/64, a Contabilidade Pública “é o ramo da Contabilidade que evidencia os fatos ligados à administração orçamentária, financeira e patrimonial referentes à Fazenda Pública”.

Nos últimos anos, com o apoio da Lei de Responsabilidade Fiscal (LC 101/00), a Lei Complementar nº 131/09 (referente à Transparência das Demonstrações Contábeis) e, mais recentemente, a Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12527/11), a Contabilidade Governamental ganhou mais confiabilidade, necessitando de um preparo ainda maior do profissional contábil. Entretanto, segundo Leite Filho e Slomski (2003), muitos ainda consideram a contabilidade governamental como um sistema fechado, complexo e extremamente burocratizado.

Com todas essas mudanças que vem ocorrendo na contabilidade pública, faz-se necessário que os professores de contabilidade governamental estejam atualizados e capacitados para repassar aos alunos de forma eficaz tanto as ferramentas atualmente utilizadas, como também as inovações que ainda serão inseridas.

Diante da situação, esta pesquisa planeja responder a seguinte questão: Quais são os recursos didáticos utilizados no ensino da Contabilidade Governamental e de Planejamento e Orçamento Público na Faculdade de Economia, Administração, Atuárias e Contabilidade da

Universidade Federal do Ceará que proporcionam uma maior compreensão do aluno sobre a disciplina?

Para responder a referida pergunta, tomou-se como objetivo geral analisar os recursos didáticos adotados nas disciplinas de Contabilidade Governamental e Planejamento e Orçamento Público.

Quanto aos objetivos específicos, foram definidos: (i) analisar os recursos didáticos mais utilizados pelos professores das disciplinas de Contabilidade voltadas ao Setor Público, (ii) identificar os recursos didáticos que mais despertem o interesse do aluno, e (iii) examinar o nível de compreensibilidade dos alunos nas disciplinas de Contabilidade Governamental e Planejamento e Orçamento Público.

A pesquisa se justifica, pois, analisando os métodos de ensino atualmente utilizados e quais poderiam despertar o interesse do aluno, é possível identificar quais recursos didáticos facilitariam tanto o aprendizado quanto o interesse do aluno na disciplina, formando contadores mais preparados para assumir carreira no Setor Público.

Quanto à metodologia, a pesquisa é considerada qualitativa, utilizando-se das técnicas da pesquisa bibliográfica para a construção do referencial teórico. Para a coleta e análise de dados foram realizados questionários com os alunos cursando as disciplinas de Planejamento e Orçamento Público e Contabilidade Governamental da Universidade Federal do Ceará (UFC) durante o segundo semestre de 2013.

Este estudo foi organizado em cinco seções. A primeira seção trata da introdução, expondo uma breve contextualização, questão da pesquisa e objetivos que o referido artigo aborda. A segunda seção, por sua vez, versa sobre o referencial teórico, fruto de pesquisas bibliográficas em diversos livros e artigos, onde é evidenciado o histórico da contabilidade e o surgimento da área pública, tanto no Brasil quanto no mundo. A terceira seção descreve os métodos utilizados para a realização desta pesquisa. A quarta seção apresenta a análise dos resultados da pesquisa. Finalmente, na quinta seção é feita a conclusão do estudo.

2 Referencial Teórico

A presente seção foi dividida em duas partes. A primeira parte irá apresentar a evolução da Contabilidade no decorrer da história da humanidade. A segunda parte irá dissertar sobre o ensino da contabilidade no Brasil, que iniciou-se logo quando a família Real veio para as terras tupiniquins.

2.1 Origem da Contabilidade

A contabilidade não é algo novo. Falar da história da contabilidade é falar da história da humanidade propriamente dita, pois esta sempre utilizou, ainda que primitivamente, de técnicas contábeis.

Para Sá (2007), a contabilidade iniciou-se há, pelo menos, 20.000 anos atrás, apesar de terem sido encontrados na França registros que remetem a contabilidade com cerca de 27.000 anos. Para se ter uma noção de quão antiga é esta ciência, o autor cita em sua obra, Teoria da Contabilidade (2010, p.19), que “foi a escrita contábil que deu origem à escrita comum e não o inverso”. Nossos mais remotos ancestrais utilizavam-se da “contabilidade” para realizar registros do que já haviam armazenado, do que já estava disponível a eles.

Nas civilizações antigas, as escriturações contábeis deram um novo passo. Ainda de acordo com Sá (2007), foram nas civilizações mesopotâmicas e egípcias que surgiram o que

posteriormente seriam denominados de livros Diário e Razão. Para que não houvesse erro na escrituração do livro Diário, também foi criado um livro de rascunho, onde se anotava previamente o que iria ser registrado no Diário.

A Mesopotâmia também registrava a apuração de custos, revisões de contas, controles gerenciais de produtividade, orçamentos evoluídos de receita e despesa pública, tinha diversas demonstrações contábeis, além de já produzir balanços de qualidade. É interessante ressaltar que, já nesta época, a contabilidade não era utilizada somente para registrar o patrimônio público, mas também de forma gerencial pelos cidadãos comuns que fossem mais abastados. (Sá, 2007)

No Egito, a contabilidade evoluiu mais nas análises. O papiro possibilitou a criação de livros, facilitando os registros contábeis. Conforme Kam (1990), o principal motivo para a utilização dos registros contábeis no Egito foram os depósitos, pois era lá onde o tesouro da nação ficava guardado. O país era dividido em distritos e cada distrito possuía um governador. Estes governadores tinham, entre várias outras funções, a de recolher impostos, que poderiam ser em espécie ou itens não perecíveis, armazenados no depósito.

Na Grécia Antiga é possível ver o início da transparência na contabilidade pública. Segundo Sá (2007, p.29),

A Contabilidade Pública era gravada em estrelas de mármore e estas colocadas em praças para que todos tomassem conhecimento da entrada e da saída do dinheiro [...] O orçamento do Estado era feito tendo por base a escrita dos *apodectai*, que eram os Contadores Públicos. Uma das maiores preocupações parece ter sido aquela de pagamento de pessoal, pois este era o principal item dos gastos extraordinários do Estado Ateniense, segundo especialistas da História Grega, como Giordani.

Em Roma percebe-se uma preocupação ainda maior com a qualidade da informação. De acordo com Sá (2007), a Contabilidade Pública foi de grande importância no império romano. O contador geral do Estado era responsável não apenas pela contabilidade pública romana, como também pela gestão do patrimônio público. Por este motivo, o contador geral do Estado era o profissional mais bem remunerado da administração pública romana.

Fora as nações já comentadas, também é possível observar neste período, um desenvolvimento da contabilidade em países do Oriente Médio e Extremo-Oriente, como China, Índia e Arábia Saudita.

A Europa, como já é sabido, foi fortemente influenciada pela Igreja durante a Idade Média, o que acabou também se refletindo na contabilidade. De acordo com Kam (1990, p.14, tradução nossa),

Comparado com as questões espirituais, propósitos econômicos eram considerados pouco importantes, e gerar lucro era quase imoral. [...] São Tomás de Aquino, expressou uma visão mantida por séculos de que 'O comércio em si é considerado algo desonroso, uma vez que não envolve logicamente um objetivo necessário ou honroso.'

Apesar deste tipo de pensamento, foram nos mosteiros e igrejas onde a contabilidade teve um maior desenvolvimento durante esse período. Durante a Baixa Idade Média, foi exportado dos países orientais o método das partidas dobradas, que ganhou maior exposição graças ao livro do Frei Luca Pacioli. Portanto, é errado considerar o frei franciscano como o criador do método, ou até como o primeiro autor a escrever sobre contabilidade, quando obras manuscritas orientais, e até mesmo europeias, já existiam, conclui Sá (2007).

Além da Suma de aritmética, geometria, proporcionalidade e proporção de Pacioli, com o Renascimento Europeu e a popularização da impressora, diversos livros relacionados à contabilidade começaram a surgir, como as primeiras obras de Contabilidade Pública e

Contabilidade Industrial, escritas por Simon Stevin e Giovanni Antonio Moschietti, respectivamente.

Ainda que muitas obras sobre diferentes temas contábeis tenham sido escritas nesse período, “poucas mudanças foram feitas nas técnicas de escrituração”, conforme afirma Hendriksen e Van Breda (1999). Existia o desejo de tornar o conhecimento contábil mais científico, mais teórico, especialmente pelos autores franceses e italianos, que foram os que mais se destacaram no período, entretanto, essa teorização da contabilidade só veio ocorrer de forma mais acentuada a partir do século XVIII, onde começaram a surgir as primeiras doutrinas e escolas contábeis como o Contismo, que acelerou o progresso científico na área contábil, inspirando o surgimento de novos pensamentos e correntes que iriam se estruturar nos séculos seguintes.

De acordo com Sargiacomo e Gomes (2010), o número de estudos relacionados a contabilidade pública medieval no Reino Unido é modesto, o que dificulta a análise da contabilidade utilizada em épocas mais remotas. Porém, com as escassas informações obtidas, é possível observar que a contabilidade pública da época era suficiente para sanar todas as dúvidas e informações da sociedade.

A Revolução Industrial, iniciada na Inglaterra no século XVIII, melhorou a qualidade de vida da população e alavancou a economia inglesa com o surgimento de inúmeras indústrias, fazendas e bancos. Obviamente, a contabilidade também iria se beneficiar com o progresso trazido pela revolução. Segundo Hendriksen e Van Breda (1999), graças ao aparecimento das fábricas, o conceito de depreciação, até então quase que não utilizado nas demonstrações contábeis, tornou-se mais importante. A contabilidade de custos e a gerencial também se beneficiaram, pois, com o aumento da produção em massa, se fazia necessário um estudo mais aprofundado sobre os custos de produção.

O número de profissionais contábeis também cresceu neste período. Conforme afirma Hendriksen e Van Breda (1999), havia menos de 50 contadores na Inglaterra e Escócia no início do século XIX. Contudo, graças a Lei das Companhias, que exigia balanços aprovados por auditores, esse número cresceu consideravelmente. Outra lei que favoreceu a profissão contábil foi a que atribuía ao contador o trabalho de registro de falência das empresas.

Os Estados Unidos também teve uma enorme expansão industrial neste período. Para Hendriksen e Van Breda (1999), a entrada de capital, principalmente britânico, abriu portas também para os auditores ingleses. Com a influência destes, a contabilidade norte-americana também deslanchou e, em 1887 foi criada a Associação Americana de Contadores Públicos (AAPA), contando com 10 fundadores, onde dois eram britânicos. Pouco tempo depois, apareceram os Contadores Públicos Registrados (CPA).

Essas duas organizações lutavam para representar os contadores públicos norte-americanos, até que, anos mais tarde, em 1936 elas se fundiram e, posteriormente, alterou seu nome para Instituto Americano de Contadores Públicos Registrados (AICPA).

Além da AICPA, existem outras organizações norte-americanas que representam os contadores nas suas diversas áreas de atuação como a Associação Nacional de Contadores e a Associação Americana de Contadores. Há também o Comitê Internacional de Padrões Contábeis e o Comitê Internacional de Coordenação da Profissão Contábil, que buscam uniformizar a contabilidade, para facilitar o entendimento da informação contábil para os seus usuários.

Apesar do grande desenvolvimento da contabilidade no setor privado norte-americano, pouco se sabe em relação a história de sua contabilidade pública. Para Moussalli (2008),

houve uma certa negligência por parte dos historiadores quanto a evolução da contabilidade pública, podendo até considerar que esta apenas “começou” a partir do século XIX no país.

Moussalli (2008) afirma que a informação contábil disponível no início do século XIX é pobre. Além disso, havia uma grande variedade de métodos utilizados para o registro da informação contábil no setor público. Apesar de em menor escala, este problema permanece até os dias atuais, devido a autonomia dos estados norte-americanos, informa Chan (2008).

Atualmente, os Estados Unidos conta com a Associação de Administradores das Finanças Públicas (GFOA), criada em 1902, e é responsável pela publicação do Relatório de Contabilidade, Auditoria e Finanças Governamentais. Este relatório traz orientações sobre os princípios da contabilidade pública geralmente aceitos. Além desta instituição, há também o Comitê de Normas de Contabilidade Governamental (GASB). O GASB foi criado em 1984 e vem, desde então, emitindo interpretações, instruções e boletins técnicos sobre princípios contábeis geralmente aceitos pelos estados norte-americanos. (Portal GASB; HISTORY...)

2.2 Ensino Contábil no Brasil

Para Peleias et al (2007), o início do ensino de contabilidade no Brasil se deu no século XIX com a vinda da Coroa Portuguesa para o Brasil. Em 1808 foi criada uma cadeira de Aula Pública de Ciências Econômicas e, em 1809, as Aulas de Comércio.

Os critérios para cursar as aulas de comércio eram ser maior de 14 anos e ser aprovado no exame nacional da gramática da língua nacional, aritmética e língua inglesa ou francesa. O curso durava dois anos e dispunha de matérias como Direito Comercial, Arte da Arrumação de Livros e Prática das Principais Operações e Atos Comerciais.

Em meados de 1850, surgiram os Decretos nº 769 e nº 1763 que reformaram a Aulas de Comércio, formando um curso chamado de Instituto Comercial do Rio de Janeiro. A grade curricular do curso foi mudada, mas, ainda assim, o número de interessados no curso ainda era pequeno, que acabou por ser extinto, em 1882.

Com a proclamação da República, surge a Academia de Comércio do Rio de Janeiro, e a Escola Prática de Comércio, denominada posteriormente como Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado, considerada por Iudícibus como a instituição pioneira especializada no ensino das ciências contábeis. (PELEIAS et al., 2007)

Ainda de acordo com Peleias et al (2007), em 1945, através do Decreto-lei nº 7988, surgiu o curso superior de Ciências Contábeis e Atuariais, com duração de quatro anos, atribuindo aos seus concluintes o título de Bacharel em Ciências Contábeis.

No ano seguinte, de acordo com Iudícibus (2010), a Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas é criada na Universidade de São Paulo, fortalecendo o campo de pesquisa contábil brasileira.

Em sua primeira edição, a grade curricular do curso tinha como disciplinas específicas: Contabilidade Geral, Organização e Contabilidade Industrial e Agrícola, Organização e Contabilidade Bancária, Organização e Contabilidade de Seguros, Contabilidade Pública e Revisões e Perícia Contábil. (Peleias et al., 2007,p.27)

Segundo Niyama e Silva (2005), a Universidade de São Paulo (USP) foi a primeira instituição brasileira a aceitar estudantes para os cursos de mestrado e doutorado em contabilidade.

Conforme Iudícibus (1999), o estudante brasileiro de contabilidade normalmente provém de família de classe média ou média-baixa, que vê no curso de ciências contábeis a

oportunidade de formar-se numa profissão com grandes oportunidades de trabalho, salário razoável, e que não exige tempo integral do aluno.

No Brasil, o curso de bacharelado em ciências contábeis é ministrado durante quatro anos. Neste período, os discentes têm aulas não apenas voltadas para o ensino da contabilidade em si, como também de administração, economia, psicologia, filosofia e sociologia.

De acordo com Riccio e Sakata (2004), as disciplinas mais ofertadas no curso são as de contabilidade, que representam aproximadamente metade da grade curricular, podendo diferir de acordo com a universidade em questão. Em segundo lugar, as disciplinas mais ofertadas são as de conhecimento organizacional, que engloba matérias como economia e administração. Já em Portugal, as universidades focam-se mais no ensino das disciplinas de conhecimento organizacional.

Boa parte do curso é voltada para a contabilidade referente ao setor privado, entretanto, é possível ver em algumas grades curriculares a preocupação em também preparar o discente na área pública.

Em 2009, o Conselho Federal de Contabilidade (CFC), com o apoio da Fundação Brasileira de Contabilidade (FBC), publicou a segunda edição da Proposta Nacional de Conteúdo para o Curso de Graduação em Ciências Contábeis. Na publicação, o CFC sugere diversas disciplinas a serem lecionadas nos cursos de contabilidade do país. Em cada disciplina, é apresentado sua ementa, objetivos, conteúdo programático e bibliografia sugerida.

Em relação a Contabilidade Pública, a Proposta Nacional emitida pelo CFC sugere duas disciplinas: Gestão de Finanças Públicas e Contabilidade Aplicada ao Setor Público. Na primeira vê-se uma preocupação maior em repassar ao discente os conceitos básicos e princípios que norteiam a Contabilidade Pública no Brasil atualmente. Já na segunda disciplina sugerida é mais voltada para o ensino prático da Contabilidade Pública, para a “[...] geração de informações que orientem a tomada de decisão e a instrumentalização do controle social, a partir da escrituração, da mensuração científica dos ativos e passivos, permitindo a evidenciação que contribua para a transparência do setor público.” (CFC, 2009, p.94).

Quanto a carga horária, o CFC sugere 60 horas para Gestão de Finanças Públicas e 120 horas para a Contabilidade Aplicada ao Setor Público. A bibliografia sugerida pelo CFC é abrangente, citando desde a Constituição Federal e Leis Complementares a autores consagrados na literatura da contabilidade governamental, como James Giacomoni, Lino Martins da Silva e João Eudes Bezerra Filho.

3 Metodologia

Esta pesquisa pode ser caracterizada quanto a sua natureza como qualitativa, pois enseja analisar a qualidade de ensino da disciplina de Contabilidade Governamental, bem como observar se a interação entre alunos e professor é satisfatória. De acordo com Bogdan e Biklen (1982), a pesquisa qualitativa envolve a obtenção de dados descritivos, através do contato direto do pesquisador com o objeto pesquisado, onde a maior preocupação é retratar a perspectiva dos participantes.

Para Gil (2002), uma das características mais marcantes da pesquisa descritiva é a utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados. A referida pesquisa terá uma abordagem descritiva quanto aos objetivos, pois pretende analisar quais recursos didáticos possibilitam um melhor aprendizado de Contabilidade Governamental, através de um estudo

de caso que será realizado com os alunos que estejam cursando a disciplina durante o segundo semestre de 2013.

Segundo Gil (2002, p.54), o estudo de caso “consiste no estudo profundo e exaustivo de um ou poucos objetos, de maneira que permita seu amplo e detalhado conhecimento”. Yin (2001) complementa que o estudo de caso compreende um método que abrange tudo, desde a lógica de planejamento incorporando abordagens específicas até a coleta e análise de dados.

A pesquisa se enquadra como bibliográfica, pois utiliza-se de materiais já publicados, principalmente livros e artigos científicos (GIL, 2002), o que configura a preocupação em proporcionar um embasamento rico e de qualidade à pesquisa. No primeiro momento (referencial teórico), foram utilizadas diversas obras referentes a história da contabilidade, teoria da contabilidade e contabilidade pública de autores já consagrados na literatura contábil.

A técnica de coleta de dados utilizada foi um questionário contendo oito questões objetivas, respondido pelos alunos que estivessem cursando alguma das disciplinas relacionadas à área governamental. Este questionário foi posteriormente repassado a uma planilha do Excel para a construção de gráficos e tabelas que facilitassem a visualização dos resultados obtidos.

3.1 O curso de Ciências Contábeis na Universidade Federal do Ceará

De acordo com o Projeto Pedagógico, o curso de graduação em Ciências Contábeis da UFC foi criado em 1949 através do Decreto nº 26142/49 e reconhecido pelo provimento nº 13, expedido pelo Conselho Federal de Educação, atualmente Conselho Nacional de Educação.

O curso tem como missão formar os alunos para exercer as atividades profissionais de forma hábil, ética, prudente e responsável no mercado de trabalho, e como objetivo propiciar ao aluno o acúmulo de conhecimento necessário para o entendimento e a prática dos procedimentos contábeis.

O curso é ofertado anualmente nos períodos diurno e noturno. As disciplinas de sua matriz curricular são divididas em: Formação Geral, Contabilidade Aplicada, Contabilidade Gerencial, Contabilidade Governamental, Auditoria e Perícia, Métodos Quantitativos, Legislação Aplicada, Monografia, Atividades Práticas e Atividades Complementares.

A unidade curricular referente a Contabilidade Governamental tem como objetivo o estudo dos instrumentos de planejamento, dos ciclos, princípios, fases e execução da receita e despesa, bem como da licitação e dos contratos administrativos. Além dos aspectos teóricos, também deve ser abordado os aspectos técnicos, possibilitando o preparo dos alunos que pretendem seguir a carreira nesta área.

O curso de Ciências Contábeis da UFC possui, em sua grade curricular, cinco disciplinas voltadas ao Setor Público. As disciplinas obrigatórias são Planejamento e Orçamento Público e Contabilidade Governamental. Em contrapartida, Auditoria Governamental, Controladoria na Administração Pública e Responsabilidade Fiscal são ofertadas como disciplinas optativas. Devido a não formação de turmas para as disciplinas optativas ofertadas durante o segundo semestre de 2013, este estudo considerou apenas as disciplinas obrigatórias na coleta dos dados.

A tabela 01 contém o universo da pesquisa. O questionário foi aplicado em duas turmas da disciplina de Planejamento e Orçamento Público e duas turmas da disciplina de Contabilidade Governamental. O total de alunos matriculados nestas disciplinas é de 155

alunos, entretanto, apenas 116 alunos estavam presentes no momento em que o questionário foi aplicado, representando um percentual de 74,84% do espaço amostral.

Tabela 01 — Universo Amostral da Pesquisa

Disciplina	Turno	Quantidade de alunos matriculados	Quantidade de alunos que responderam ao questionário	Porcentagem
Planejamento e Orçamento Público	Diurno	23	18	78,26%
Planejamento e Orçamento Público	Noturno	38	27	71,05%
Contabilidade Governamental	Diurno	44	30	68,18%
Contabilidade Governamental	Noturno	50	41	82%
TOTAL		155	116	74,84%

Fonte: Dados da pesquisa (2013)

4 Análise dos Resultados

A presente seção abordará os resultados obtidos através da aplicação do questionário nos alunos das disciplinas de Planejamento e Orçamento Público e Contabilidade Governamental.

Segue a tabela 02, que refere-se a área na qual os alunos pretendem atuar no decurso de sua vida profissional.

Tabela 02 — Qual sua área de interesse na contabilidade?

	Quantidade de alunos	Porcentagem
Contabilidade Pública	38	33,33%
Contabilidade Societária	24	21,05%
Auditoria	17	14,91%
Controladoria	23	20,18%
Perícia Contábil	4	3,51%
Outros	8	7,02%
	114	100%

Fonte: Dados da pesquisa (2013)

Analisando as respostas, chegou-se a conclusão que 33,33% dos estudantes interessam-se pelo ramo da Contabilidade Pública, seguido pela Contabilidade Societária e Controladoria, com 21,05% e 20,18%, respectivamente.

Este resultado mostra que, apesar de bem menos abordada durante o curso de Ciências Contábeis, a Contabilidade Voltada ao Setor Público mantém-se relevante quanto à escolha do futuro profissional do aluno. Além das opções fornecidas pelo questionário, percebe-se que

7,02% dos alunos também mostram interesse em outras áreas, como Contabilidade de Custos e Planejamento Tributário.

A tabela 03 apresenta a opinião dos alunos quanto ao número de disciplinas obrigatórias voltadas ao Setor Público no curso de graduação de Ciências Contábeis.

Tabela 03 — Você concorda com o número atual de disciplinas obrigatórias voltadas para a contabilidade pública?

	Quantidade de alunos	Porcentagem
Sim	54	46,55%
Não	62	53,45%
	116	100%

Fonte: Dados da pesquisa (2013)

Conforme já dito, atualmente a Universidade Federal do Ceará conta com cinco matérias voltadas ao setor público: duas obrigatórias e três optativas. Quando perguntado sobre o atual número de disciplinas obrigatórias ofertadas, as opiniões dos alunos foram bem divididas.

A tabela 03 mostra que 46,55% acreditam que o número de cadeiras ofertadas é suficiente para o aprendizado da contabilidade pública, enquanto 53,45% discordam. É possível afirmar, portanto, que o número de disciplinas obrigatórias é insuficiente.

A tabela 04 expõe a disposição dos alunos quanto às disciplinas optativas já existentes na grade curricular.

Tabela 04 — Você tem interesse em cursar as disciplinas optativas voltadas ao setor público?

	Quantidade de alunos	Porcentagem
Apenas Auditoria Governamental	7	6,03%
Apenas Responsabilidade Fiscal	5	4,31%
Apenas Controladoria na Administração Pública	6	5,17%
Auditoria Governamental e Responsabilidade Fiscal	7	6,03%
Auditoria Governamental e Controladoria na Administração Pública	20	17,24%
Responsabilidade Fiscal e Controladoria na Administração Pública	13	11,21%
Tenho Interesse em Todas	41	35,34%
Não Tenho Interesse	17	14,66%
	116	100%

Fonte: Dados da pesquisa (2013)

Torna-se mais uma vez perceptível a importância dada à Contabilidade Pública pelos alunos. Observou-se que 35,34% apresentam interesse em cursar as três disciplinas, enquanto apenas 14,66% não tem interesse por nenhuma optativa. Ainda conforme esta tabela, as disciplinas de Auditoria Governamental e Controladoria na Administração Pública merecem um maior destaque, uma vez que são as mais procuradas pelos alunos.

A tabela 05 elege três disciplinas não ofertadas na grade curricular que poderiam despertar o interesse do discente na área governamental. Foi inserido no questionário a opção Outros, possibilitando aos alunos que responderam o questionário a indicação de outras disciplinas que não foram listadas.

Tabela 05 — Das disciplinas voltadas ao setor público listadas a seguir, qual você gostaria que fosse ofertada na grade curricular?

	Quantidade de alunos	Porcentagem
Análise das Demonstrações Públicas	38	32,76%
Laboratório de Contabilidade Voltado Ao Setor Público	39	33,62%
Elaboração dos Instrumentos De Planejamento (PPA, LDO E LOA)	36	31,03%
Outros	3	2,59%
	116	100%

Fonte: Dados da pesquisa (2013)

Foram escolhidas três disciplinas extras, que obtiveram um número de aceitação muito próximo entre os alunos, conforme exposto na tabela. Entretanto, a disciplina pela qual houve o maior interesse foi Laboratório de Contabilidade Voltado ao Setor Público, com 33,62% de aceitação.

Confirma-se, portanto, que os alunos desejam aulas que envolvam também a parte prática, onde possa ser vivenciado um pouco da realidade da contabilidade pública, e não apenas os aspectos teóricos. Um número ínfimo de alunos acreditam que outras disciplinas também deveriam ser ofertadas, mas estes não elencaram quais disciplinas gostariam que fossem inseridas na grade curricular do curso.

A tabela 06 apresenta cinco alternativas para que o aluno apontasse qual o método mais utilizado atualmente pelos professores das disciplinas analisadas.

Tabela 06 — Qual o método mais utilizado pelo professor da disciplina?

	Quantidade de alunos	Porcentagem
Aulas Expositivas	28	24,14%
Datashow/Transparências	87	75,00%
Exposição De Trabalhos	1	0,86%
Questionários	0	0,00%
Quadros	0	0,00%
	116	100%

Fonte: Dados da pesquisa (2013)

Do questionário aplicado, 75% dos questionários apontam que o método mais utilizado pelos professores é o datashow, seguido pelas aulas expositivas, com 24,14%. Por outro lado, de acordo com os resultados obtidos, instrumentos de ensino como o quadro e questionários não são utilizados pelos professores, enquanto a exposição de trabalhos raramente é utilizada.

A tabela 07 evidencia quais métodos os alunos gostariam que fossem utilizados pelos professores durante as aulas. Foi sugerido cinco alternativas, dentre elas: Sistemas Contábeis Automatizados, dramatização, estudos de caso, visitas a órgãos públicos e aulas expositivas dialogadas.

Tabela 07 — Dos métodos listados abaixo, qual você gostaria que fosse inserido nas aulas de contabilidade pública?

	Quantidade de alunos	Porcentagem
Sistemas Contábeis Automatizados	37	32,74%
Dramatização	2	1,77%
Estudos De Caso	40	35,40%
Visitas/Excursões A Órgãos Públicos	29	25,66%
Aulas Expositivas Dialogadas	5	4,42%
	113	100%

Fonte: Dados da pesquisa (2013)

Com a pesquisa, foi conferido que 35,40% apoiam o uso do estudo de caso durante as aulas, seguido pela utilização de sistemas contábeis automatizados, como o Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI). O terceiro método mais votado foi a visita a órgãos públicos. Com base nos dados obtidos, pode-se reafirmar os resultados obtidos através da tabela 04, ou seja, fica claro o ensejo dos alunos em possuir uma maior experiência prática no setor público.

As tabelas 08 e 09 definem se há alguma dificuldade quanto ao aprendizado das disciplinas de contabilidade pública e, caso haja, se esta pode ser influenciada pelos métodos de ensino adotados pelo professor.

Tabela 08 — Você sente dificuldade em aprender o conteúdo ensinado nas disciplinas de contabilidade pública?

	Quantidade de alunos	Porcentagem
Sim	15	13,27%
Não	98	86,73%
	113	100%

Fonte: Dados da pesquisa (2013)

Tabela 09— Você atribui essa dificuldade aos métodos didáticos utilizados pelo professor?

	Quantidade de alunos	Porcentagem
Sim	8	7,08%
Não	105	92,92%
	113	100%

Fonte: Dados da pesquisa (2013)

A pesquisa aponta que 86,73% dos alunos não sentem dificuldade em aprender o conteúdo ensinado nas disciplinas de Contabilidade Governamental e Planejamento e Orçamento Público. Além disso, dentre os 13,27% dos alunos que sentem alguma dificuldade, apenas metade acreditam que esta possa ser atribuída aos métodos didáticos utilizados pelo professor.

Isto comprova, portanto, que a principal metodologia adotada, o uso do datashow, mostra-se eficaz quanto ao propósito de orientar os alunos durante as aulas teóricas da disciplina.

5 Conclusão

A presente pesquisa buscou descobrir qual a metodologia de ensino mais utilizada pelos professores das disciplinas voltadas ao setor público, bem como quais métodos didáticos despertam um maior interesse no aluno. A problemática foi respondida através da análise dos resultados adquiridos com a aplicação do questionário.

De acordo com os dados, é perceptível a preferência dos professores pela utilização do datashow. Também é notório que, apesar de aprovarem o instrumento didático, os alunos desejam que outras metodologias fossem utilizadas, em especial a resolução de estudos de caso e sistemas contábeis automatizados. Em suma, os alunos procuram, além do conhecimento teórico, a prática na contabilidade pública, para que, futuramente, estejam aptos a desenvolver trabalhos na área pública.

A pesquisa também visou examinar o nível de compreensibilidade dos alunos nas disciplinas de planejamento e orçamento público e contabilidade governamental. O resultado foi positivo. A maioria dos alunos não apresentam dificuldade em assimilar o conteúdo ensinado no decorrer do curso e, mesmo entre os que sentem alguma dificuldade, apenas metade atribui esta dificuldade aos métodos adotados pelo professor. Isto confirma não apenas a alta aceitação dos alunos quanto ao principal recurso didático utilizado — o datashow —, como também comprova a competência dos educadores ao conseguir abordar o universo de informações existentes na contabilidade pública. Infelizmente, devido ao número restrito de disciplinas voltadas ao setor público, estas informações acabam sendo repassadas ao aluno de forma sucinta.

Outro aspecto que pôde ser visualizado através do questionário foi a posição dos alunos quanto ao número de disciplinas designadas à contabilidade pública. Como já dito, a quantidade de pessoas que apoiam a ampliação destas disciplinas é levemente superior ao número das que acreditam que este já seja suficiente. Uma alternativa interessante para suprir esta carência de disciplinas, seria uma maior frequência na oferta das disciplinas optativas, uma vez que estas raramente são ofertadas.

O estudo apresentou limitações em sua coleta de dados, pois em algumas turmas não foi possível realizar o questionário com todos os alunos e, dentre os que estavam presentes, alguns optaram por não responder determinadas questões existentes neste.

Referências Bibliográficas

BOGDAN, Robert C.; BIKLEN, Sari K. **Investigação qualitativa em educação: uma introdução a teoria e aos métodos**. Porto Editora, 1994.

BRASIL. Lei nº 4320, de 17.03.1964. Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>.

CHAN, James L. **The History of American Government Accounting Reform**. Disponível em: <<http://jameslchan.com/papers/ChanAmGASCh3Sept08.pdf>>. Acesso em 21 Dezembro 2013.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Proposta Nacional de Conteúdo para o Curso de Graduação em Ciências Contábeis**. Disponível em:

<<http://portalcf.org.br/wordpress/wp-content/uploads/2013/01/proposta.pdf>>. Acesso em 22 Dezembro 2013.

GOVERNMENTAL ACCOUNTING STANDARD BOARDS. **Facts About GASB**. Disponível em <<http://www.gasb.org>>. Acesso em 22 Dezembro 2013.

GIL, Antônio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 4ª Edição. São Paulo. Editora Atlas S.A., 2002.

HENDRIKSEN, Eldon S.; VAN BRED, Michael F. **Teoria da Contabilidade**. 1ª Edição. São Paulo. Editora Atlas S.A., 1999.

HISTORY of Governmental Accounting. **The University of Tennessee**. Tennessee, 06 Março 2013. Disponível em <<http://resource.ips.tennessee.edu/reference/history-governmental-accounting>>. Acesso em 22 Dezembro 2013.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. Novos Paradigmas do Ensino da Contabilidade na Pós-Graduação. **UnB Contábil**. Brasília, v.2,n.1, p. 103-109, 1999. Disponível em: <<https://cgg-amg.unb.br/>>. Acesso em: 06 Julho 2013.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Teoria da Contabilidade**. 10ª Edição. São Paulo. Editora Atlas S.A., 2010.

KAM, Vernon. **Accounting Theory**. 2ª Edição. Singapura. Editora John Wiley& Sons, Inc., 1990.

MOUSSALI, Stephanie D. State and Local Government Accounting in 19th Century America: A Review of the Literature. **Accounting Historians Journal**. Birmingham, v. 35, n. 1. Junho 2008. Disponível em: <<http://www.accountingin.com/accounting-historians-journal/volume-35-number-1/state-and-local-government-accounting-in-19th-century-america-a-review-of-the-literature/>>. Acesso em: 20 Dezembro 2013.

NIYAMA, Jorge Katsumi; SILVA, Cesar Augusto Tiburcio. Contabilidade e Seu Ambiente no Brasil. **BBR - Brazilian Business Review [On-line]**, p. 13-32, 2005. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=123016184002>>. Acesso em: 06 Julho 2013.

PELEIAS, Ivam Ricardo et al. Evolução do ensino da contabilidade no Brasil: uma análise histórica. **Rev. contab. finanç.**. São Paulo, v. 18, n. 1, Junho 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-70772007000300003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 28 Junho 2013.

RICCIO, Edson Luiz; SAKATA, Marici Cristine Gramacho. Evidências da globalização na educação contábil: estudo das grades curriculares dos cursos de graduação em universidades brasileiras e portuguesas. **Rev. contab. finanç.**, São Paulo, v.15, n.35, 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-70772004000200003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 07 Julho 2013.

SÁ, Antonio Lopes de. **História Geral e das Doutrinas de Contabilidade**. 6ª Edição. São Paulo. Editora Atlas S.A., 2007.

SÁ, Antonio Lopes de. **Teoria da Contabilidade**. 5ª Edição. São Paulo. Editora Atlas S.A., 2010.

SARGIACOMO, Massimo; GOMES, Delfina. Accounting and Accountability in Local Government: Contributions from Accounting History Research. **The sixth Accounting History International Conference "Accounting and the State"**. Disponível em: <<http://www.victoria.ac.nz/sacl/about/events/past-events2/past->

conferences/6ahic/publications/Sargiacomo_and_Gomes_plenary_paper.pdf>. Acesso em: 20 Dezembro 2013.

SLOMSKI, Valmor; LEITE FILHO, Geraldo Alemandro. Opiniões dos Alunos Acerca da Disciplina Contabilidade Governamental: Um Estudo Empírico Em uma Universidade Pública. **UnB Contábil**. Brasília, v.6, n.1, p. 79-99, 2003. Disponível em: <<https://cgg-amg.unb.br/>>. Acesso em: 05 Maio 2013.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ. **Projeto Político Pedagógico**. 2006. Disponível em: <http://www.si3.ufc.br/sigaa/public/curso/ppp.jsf?lc=pt_BR&id=657447>. Acesso em: 21 Dezembro 2013

YIN, Robert K. **Estudo de Caso: Planejamento e Métodos**. 2ª Edição. Porto Alegre. Bookman, 2001.